

DOI: 10.21057/repam.v11i1.21755

Recebido: 14-12-2016

Aprovado: 27-04-2017

Entre Debates e Embates: uma reflexão sobre epistemologias feministas latino-americanas

Renata Araújo Matos*
Renata Monteiro Lima**
Delia Dutra***

Resumo

O presente texto objetiva discutir proposições elaboradas por parte de pensadoras feministas latino-americanas, pautando sua contribuição para os estudos teóricos que buscam compreender a construção dos padrões coloniais que ainda persistem na análise social da região. Entende-se que é pertinente fazer referência aos debates e confrontos internos aos movimentos e ao pensamento feminista para, dessa forma, evitar o caminho simplificador de não-reconhecimento, sem exceções, das contribuições do pensamento social já institucionalizado.

Palavras-chaves: mulheres; feminismos latino-americanos; epistemologias feministas.

Between Debates and Blocks: a Reflection on Latin American Feminists Epistemologies

Abstract

The present article aims to discuss Latin American thinkers propositions and how their contributions impact on the regional decolonial studies. It is understood that it is pertinent to refer to debates and internal confrontations with feminist movements and thinking. In this way, one can avoid the simplistic path of non-recognition, without exceptions, of the contributions of already institutionalized social thought.

*Doutoranda em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília. Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG-ELA, <http://www.ceppac.unb.br/laboratorios/greig>). E-mail: renatasociologia7@gmail.com

**Mestre em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília. Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG-ELA, <http://www.ceppac.unb.br/laboratorios/greig>). E-mail: renatahist23@yahoo.com.br

*** Pesquisadora Colaboradora Plena do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília. Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG-ELA, <http://www.ceppac.unb.br/laboratorios/greig>). Bolsista PNPd/CAPEs. E-mail: deliadutra@gmail.com

Keywords: Women, Latin American Feminists, Feminists Epistemologies

Entre Debates y Embates: una reflexión sobre epistemologías feministas latinoamericanas

Resumen

El presente texto tiene como objetivo discutir proposiciones elaboradas por parte de pensadoras feministas latinoamericanas, pautando su contribución para los estudios teóricos que buscan comprender la construcción de los estándares coloniales que aún persisten en el análisis social de la región. Se considera pertinente hacer referencia a los debates y confrontaciones internos a los movimientos y al pensamiento feminista para, de esa forma, evitar el camino simplificador de no-reconocimiento, sin excepciones, de las contribuciones del pensamiento social ya institucionalizado.

Palabras-clave: mujeres; feminismos latinoamericanos; epistemologías feministas.

Introdução

Uma vez que qualquer estudo sobre as obras de todas as ciências indica claramente que, de modo geral, as mulheres estiveram ausentes ou mal interpretadas, o mundo contestador feminino se pergunta por quê. Por que as teorias não deram os devidos créditos aos papéis por elas desempenhados na construção do conhecimento e na formação de suas sociedades? Outra questão, relativa a nossa realidade, é se perguntar em que medida se considera importante a participação de mulheres latino-americanas no contexto da produção intelectual e ativismo político. O redesenho das categorias gênero e patriarcado, mulher e feminismo tem construído debates centrais da luta política das mulheres, recolocando termos e possibilitando rediscutir as fronteiras da democracia, das representações, da justiça, da igualdade e da cidadania.

Entretanto, dentro deste contexto de reivindicações epistemológicas, há um negligenciamento dos diversos contextos históricos

e culturais, existindo ainda a estigmatização e exotização das mulheres negras e indígenas latino-americanas. Embora os estudos sobre gênero tenham ampliado horizontes e eixos-metodológicos, tal como aconteceu com a introdução do conceito de interseccionalidade através do feminismo negro¹, os questionamentos sobre as experiências étnicas das mulheres latino-americanas continuam fragmentados nas formulações do próprio pensamento teórico feminista. Esses assuntos, portanto, ainda estão longe de se constituir como pauta justificada de debate no interior das Ciências Sociais e Humanas em geral.

Espinosa (2014) sustenta que, mesmo existindo uma preocupação relativamente antiga, a problemática das mulheres negras e indígenas foram, e ainda são, colocadas como questões pontuais, não ocasionando uma mudança estrutural nos feminismos latino-americanos. Obviamente, constata-se a existência de condições históricas que tem impedido o tratamento adequado desses sistemas de opressão. Isto faz com que, a pesar de serem produzidos por feministas do sul, muitos estudos estejam alinhados ao ponto de vista epistêmico das correntes ‘do norte’. Ou seja, pautados por perspectivas dos estudos de gênero ancoradas em realidades bastante diferentes àquelas vivenciadas por grande parte das mulheres do continente latino-americano.

Indagar a colonialidade do discurso feminista hegemônico, assim como a cumplicidade do feminismo hegemônico local com a perpetuação

da ideologia eurocêntrica e com a continuidade do projeto colonialista na América Latina é um dos posicionamentos estabelecidos por Espinoza (2014). Estamos falando de confrontos entre as múltiplas articulações e rearticulações das diferenças de gênero, de classe, de etnia e culturais para distinguir outras reproduções de categorizações que muitas vezes subvertem-se em essencialismos dentro das conjunturas dos vários processos que desafiam as representatividades.

Diante da complexidade desse cenário, a reflexão proposta está diretamente vinculada à esfera da prática política na produção do conhecimento, visando analisar as contribuições que as perspectivas dos movimentos decoloniais vêm agregando, tanto em termos de uma visão crítica das práticas existentes, quanto aos termos propositivos de construção de outros discursos, valores, e afetos.

O intuito não é apontar que não houve contribuição do feminismo europeu e norte-americano, tampouco generalizar a condição hegemônica das mulheres brancas; mas, assinalar que um dos objetivos da epistemologia feminista é que esta contribua para mudanças significativas na vida das mulheres (Cardoso, 2012). E para isso, é fundamental entender que não existe uma mulher universal e nem um modelo cultural e social definido.

Produção do Conhecimento e Diálogos

Lélia Gonzalez (1988), percussora do feminismo interseccional no Brasil, reconhece como inegável que o feminismo enquanto teoria e prática desempenhou um papel fundamental nas

¹Para entender o impacto da introdução do conceito, consultar CRENSHAW (2002).

lutas e conquistas das mulheres. Na medida em que essa autora foi levantando outras perguntas, estimulou a formação de grupos e redes, desenvolvendo também a busca de uma nova forma de ser mulher. Entretanto, apesar dessas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação ocasionada pelo gênero e pela orientação sexual, o mesmo não se pode dizer em relação à de caráter racial. E a explicação para isso está situada em “uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (Gonzalez, 1988, p.14).

Para a autora, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um importante dado da realidade: a feição multirracial e pluricultural das sociedades da região. A abordagem da divisão sexual do trabalho, sem a articulação ao seu correspondente em nível racial, recai no mesmo racionalismo abstrato característico de um discurso masculinizado e branco. Tratar da opressão da mulher latino-americana é refletir uma generalidade de elementos que oculta, mas ao mesmo tempo enfatiza a dura realidade vivida por milhões de mulheres que, por não serem brancas, pagam um preço muito alto (Gonzalez, 1988).

Sueli Carneiro (2003) destaca que o traço antifeminista atribuído às mulheres negras é resultado da incapacidade do Movimento Feminista em abranger a lista de questões criadoras de diferenças de oportunidades efetivas que existem entre brancas e negras entre todos os setores da vida social. Em um primeiro ponto, é preciso que se perceba que há diferenças sociais e culturais entre o funcionamento desses processos

nas quais permitem a percepção de diversas realidades. Carneiro (2003) remonta que essa condição faz com que essas mulheres assumam, a partir do lugar em que estão inseridas, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo em particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso.

Sobre a generalização de experiências por meio de categorias analíticas, Luíza Bairros (2014) destaca que o conceito de mulher, usado pelo feminismo, traz implícito tanto a dimensão do sexo biológico como a construção social do gênero. Entretanto, a reinvenção da categoria mulher repetidamente utiliza os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal no intuito de tratar os papéis de gênero. Nesse quadro, a opressão sexista é captada como um fenômeno universal. Os motivos de sua ocorrência, em diferentes contextos históricos e culturais, não são evidenciados. A autora ainda remete que a sexualidade tende a objetificar a mulher ao ser interpretada como vítima de um poder definido como intrinsecamente masculino.

De acordo com Betty Lozano (2014), conceitos “convencionais” de reivindicações passam a ser revistos por grupos de mulheres que não se sentiam contempladas com o feminismo europeu e estadunidense. Dentro da proposta de se pensar além dos limites conceituais, as diversas formas de pensamento e resistências estão na

construção de novas formas de conhecimentos e epistemologias. A crítica também se dirige às feministas que a autora destaca serem "tercer mundo o del mundo pobre" (Lozano, 2014) e que consideram como o único conhecimento válido sobre as mulheres o produzido por "mulheres brancas primeiro mundistas". Ela ainda pontua que não se trata de questionar o caráter universal "mujer" do feminismo euro-usacêntrico, mas de demonstrar formas de pensamentos pautadas na resistência, na rebeldia e na construção de novos mundos, que na ótica das mulheres afrocolombianas, negras, "ramizales", palequeiras, os saberes eurocêtricos deslegitimam, desconhecem e invisibilizam. Para ela, decolonizar-se significa um desprendimento do epistêmico europeu, pensar na própria história com categorias próprias, sendo reinterpretadas pelas realidades e experiências colombianas, que é de onde parte seu local de fala.

É importante salientar que compreender como se originou o fenômeno social de subordinação das mulheres em diversas culturas e localidades do mundo tem sido uma questão presente nas distintas correntes teóricas feministas (Piscitelli, 2001). Desta maneira, o feminismo decolonial traz uma imensa contribuição ao problematizar, tal qual a conhecemos, as desigualdades entre homens e mulheres nos países africanos e americanos, como uma produção colonial moderna.

Em diálogo com isso, Cardoso sustenta que “[a] colonialidade se refere às situações coloniais da atualidade e, conjuntamente com a modernidade, vem a constituir os dois eixos ao

redor dos quais está organizado o poder capitalista, eurocentrado e global” (Cardoso, 2012, p. 92). Por outro lado, já Quijano (2000, 2014) descreveu o atual padrão de poder como o único realmente global na história conhecida. Apontando como indícios, dessa afirmação, o fato daquele ser o primeiro onde cada uma das esferas da existência social articula todas as formas de domínio das relações sociais correspondentes, configurando em cada área uma só estrutura com ligações sistemáticas entre seus componentes e do mesmo modo com seu conjunto.

No controle do trabalho, de seus recursos e produtos, faz-se presente a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, está a família burguesa; no controle da autoridade, o Estado-nação e no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo. Uma terceira colocação diz respeito à relação de interdependência em que cada uma dessas instituições coexiste com as outras. Contudo, a abordagem que Quijano desenvolve sobre gênero constitui uma das críticas a ele dirigidas. Em sua perspectiva, as relações de gênero são definidas como relações sexuais de dominação, o que oculta um complexo e atuante sistema de dominação reconfigurado a partir da lógica colonial e reproduz, ao mesmo tempo, pressupostos estruturantes do patriarcado. Outra problemática, é que a análise, por ele desenvolvida, formula uma ideia de raça totalizante e que invisibiliza o gênero como categoria histórica (Mendoza, 2014).

Para María Lugones (2014), a noção de gênero foi constituída e constituiu a colonialidade do poder. Baseando-se nos estudos de Oyewúmi e

de Paula Gun Allen, sobre as sociedades yorubá e indígenas da América do Norte, ela apresenta como resposta o conceito de colonialidade do gênero, uma noção diretamente relacionada à colonialidade do poder. Pensando o primeiro “como híbrido entre dois marcos analíticos, colonialidade do poder e interseccionalidade, que têm demonstrado a exclusão histórica e teórico-prática das mulheres não-brancas” (Cardoso, 2012, p. 98).

Segundo Lugones (2014), o sistema de gênero tem um lado visível/claro e um lado oculto/escuro. O primeiro construiu hegemonicamente as relações de gênero em um sentido moderno/colonial, porém só organizou, de fato, as vidas de mulheres e homens brancas/os. O lado oculto, por sua vez, configurou-se pela violência destinada às pessoas do terceiro gênero. Indicando que determinados grupos sociais, marcados por fenótipos diversos ao do branco colonizador não pertenciam ainda à esfera do gênero, sendo definidos exclusivamente pelo campo da “dualidade biológica”: macho/fêmea. De acordo com Cardoso (2012), o lado oculto do sistema moderno/colonial de gênero expõe o patriarcado redesenhado por raça/etnia e do mesmo modo evidencia a pluralização do sujeito mulher.

MaríaLugones (2014) destaca que somente ao se perceber gênero e raça como categorias fundidas indissolúvelmente, as mulheres não-brancas podem realmente serem vistas.

También es parte de su historia, que en el occidente, sólo las mujeres burguesas blancas han sido contadas como mujeres. Las hembras excluidas por y en esta descripción no eran solamente sus subordinadas sino también eran vistas y tratadas como animales, en un sentido más profundo que el de identificación de las

mujeres blancas con la naturaleza, con los niños y con los animales pequeños. Las hembras no-blancas eran consideradas animales en el sentido profundo de ser seres ‘sin género’, marcadas sexualmente como hembras, pero sin las características de la feminidad (Lugones, 2014, p. 69).

Faz-se relevante enfatizar que a ideia de que a opressão de gênero foi construída juntamente com a colonização das Américas não é um consenso. Rita Segato (2014), por exemplo, defende que sempre existiu uma hierarquia no mundo pré-intrusão, materializada, por vezes, em diferenças no prestígio entre homens e mulheres. Para ela, havia uma espécie de pré-patriarcado. No entanto, o contato feito pelo mundo colonizador interviu nas estruturas das relações sociais locais, capturando-as e as reorganizando dentro da lógica eurocentrada de organização do mundo. O primeiro sintoma dessa ingerência foi a cooptação dos homens como classe ancestralmente dedicada aos papéis do espaço público. A privatização do espaço doméstico como esfera residual, não abarcando as questões consideradas de interesse público geral, faz parte de um processo binário de colonização. Com o desenvolvimento de uma grade universal moderna, emanada do Estado, da política, dos direitos e da ciência, tanto a esfera doméstica, como a mulheres se transformam em restos, a margem dos assuntos considerados de relevância universal e perspectiva neutra (Segato, 2014).

De maneira análoga à análise de Segato, Lorena Canbal (2010), pensadora feminista e militante comunitária, afirma que o patriarcado originário ancestral se refuncionalizou com a penetração do patriarcado ocidental e que para isso

acontecesse foi necessário houvesse condições prévias nas culturas originárias. O resultado dessa junção se manifestou no nascimento do racismo, do capitalismo, do neoliberalismo, da globalização e assim por diante. Dutra e Bandeira (2015), também citando a Lorena Cabnal expressam,

[A]pós a colonização surge o que as feministas aymaras-bolivianas denominam de “*entroque patriarcal*” e esse encontro, que poderíamos chamar de basicamente dois modelos de opressão, terá uma consequência singular sobre os corpos e vidas das mulheres indígenas sumamente complexa (...). Foi nesse sentido, que as feministas comunitárias propõem a ideia de entender os seus *corpos* na especificidade de serem *duplamente pactuados, duplamente expropriados*, tanto pelas práticas patriarcais ancestrais quanto por aquelas que surgiram e foram se transformando com o processo colonizador (Dutra e Bandeira, 2015, p.10).

Para Breny Mendonza (2014) a conjugação das ideias de raça e de gênero são peças chaves na configuração do capitalismo e da democracia liberal, existindo uma convergência entre o sistema heterossexista e o sistema de gênero colonial moderno com o capitalismo e a democracia liberal. O processo colonial moderno possui como uma de suas características a existência de um pacto social de gênero entre homens brancos. Isso impossibilitou que as mulheres das metrópoles, pertencentes à classe e à raça hegemônica, tivessem o mesmo acesso à cidadania e ao trabalho. Porém, as contradições internas das democracias capitalistas beneficiaram essas mesmas mulheres, que conseguiram uma cota econômica e política do acordo social dos homens, através da exploração de mulheres negras, latinas, indígenas, migrantes etc. O colonialismo interno permitiu o reflexo dessa imagem dentro dos países colonizados (Mendoza, 2014).

Esta autora também contextualiza críticas dirigidas ao filósofo Enrique Dussel. Segunda ela, Dussel defende um fundamento político que pode ajudar a criar uma categoria unificadora de todos os movimentos. Desse modo, as demandas particulares devem negociar ao redor de um bloco hegemônico. Algo que pode girar em torno do conceito de povo. No entanto, povo sugere uma categoria unitária. Pensando a partir de uma perspectiva de gênero, sabemos que categorias unitárias excluem diversas mulheres. Além do mais, em algumas ocasiões, feministas sinalizam que o conceito dos pobres, da filosofia da libertação em estreita relação com o de povo opera como um conceito hegemônico indiferenciado que não inclui o sofrimento das mulheres, nem as singularidades relacionadas à discriminação racial.

Destaca-se outro elemento com base no pensamento de Dussel. Para este autor o espaço privado protege os sujeitos de serem observados e atacados, e o espaço público é o local onde os sujeitos desempenham papéis e se expõem à observação de outros atores e sistemas intersubjetivos. O público é político por definição, e o público político é onde a mudança civilizatória é possível, sustenta Dussel (*apud* Mendoza, 2014). Para as mulheres essa elucidação do privado como desprovido de relações de conflito de poder (ou como pré-político) seria problemática.

Nesse sentido, concordamos com Mendoza em entender que a definição de político proposta por Dussel continua sendo demasiado masculinista e estaria desconhecendo o debate no âmbito da filosofia política sobre a relação público e privado (MollerOkin, 2008). De acordo com a filósofa

Susan MollerOkin (2008), os domínios da vida doméstica (pessoal) e da vida não-doméstica (pública) não podem ser interpretados isoladamente, o que demanda uma revisão profunda dos fundamentos de grande parte da teoria política liberal. Isso porque, estamos convictas que só dessa forma poder-se-á deixar de perpetuar a condição de vulnerabilidade de mulheres e crianças já não somente no continente latino-americano como em diversas regiões do planeta.

Natalia Quiroga Díaz (2014) também contribui com esse debate. Segundo essa autora, a América Latina persiste como a região mais desigual do mundo e essa desigualdade tem um efeito maior sobre as mulheres. Dentro desse quadro, um aspecto que recebe menor atenção é o vinculado aos fatores da discriminação étnica. Sintomaticamente o valor do trabalho da população indígena e afrodescendente é 28% menor do que o da população “considerada” branca. Para esta autora, a economia feminista tem insistido no papel fundamental do trabalho reprodutivo para o funcionamento da economia; trata-se, portanto, de um problema da esfera pública e não apenas do “privado”. Assim como outras intelectuais, Quiroga Díaz também estabelece críticas às análises da economia feminista que se pautam exclusivamente nas correntes europeias e estadunidenses, indicando que falta trabalhar uma produção teórica mais contextual.

No Brasil, desde a década de 1970, Lélia Gonzalez vinha insistindo na necessidade de contextualizar a trajetória histórica e social da mulher negra e indígena, assim como especificar as

demandas próprias desses grupos. Para ela, a imagem da mulher negra no Brasil foi construída a partir de três signos: mulata, doméstica e mãe preta. Essas construções foram legitimadas no período escravocrata e perpetuadas após a abolição. Dessa forma, todo o processo de exclusão da mulher negra é continuamente patenteadado por tais papéis sociais (Gonzalez, 1983). Para ela, não existe apenas uma discriminação efetiva nas formas de representações mentais reforçadas e reproduzidas de diferentes maneiras. Há um racismo cultural que torna natural o fato da mulher em geral, e da negra especificamente, executarem papéis sociais e economicamente desvalorizados (Gonzalez, 1979).

Apesar de que os estudos de gênero tenham avançado fortemente no Brasil, ainda desconhecemos a realidade de grupos muito diversos de mulheres, como é o caso das nordestinas e nortistas do país, por exemplo. Falci (1997) sublinha que a historiografia costuma apontar o êxodo rural dos homens, não fazendo o mesmo com as mulheres, assim como delimitar o sertão nordestino a especificidade desse êxodo. Para ela, é importante sinalizar a diversidade de mulheres existentes ao longo da história nordestina: a senhora, a roceira, a escravas ou negra, entre outras.

Essas distintas mulheres também possuíam/possuem diferentes alimentações e estilos de vida, que consequentemente deixaram/deixam marcas diferenciadas em suas fisionomias. A autora ressalta que há quem afirme que a gênese de luta de resistência estaria no nordeste com Maria Bonita lutando em condições

de igualdade frente a seu marido Lampião. O intuito não é homogeneizar essas ideias, mas visibilizar a riqueza dos debates, assim como as diversas mulheres.

Como se pode ver, existe um movimento de reivindicação epistêmica produzida pela movimentação feminista que desencapa as diversas problemáticas patriarcais, de gênero, sexuais, raciais e de classe que constituem o mundo das ideias. Essa crítica abrange os próprios estudos feministas, inclusive os da região construídos a partir de perspectivas eurocêntricas e burguesas. Valendo sempre lembrar que “toda a atividade científica produz efeitos que tornam o cientista corresponsável pelas consequências que essas práticas criam no mundo” (Nunes, 2009, p. 221). Assim a crítica feminista interseccional e latino-americana não apenas contesta práticas discriminatórias já inseridas no mundo social. Também propõe novas categorias interpretativas das diversas sociedades e culturas existentes, buscando incorporar em sua crítica as múltiplas faces que compõem os sujeitos sociais.

Alguns Debates e Embates no Feminismo Latino-Americano e Caribenho

A produção do conhecimento dialoga diretamente com as diretrizes políticas da sociedade, embora nem sempre atenda às demandas sociais concretas e contribua para o reforço e reprodução de discriminações e desigualdades já legitimadas. Desse modo, a contestação iniciada dentro do mundo das ideias se concretiza como um dos primeiros passos na luta por emancipação e igualdade política e social

frente às diversas desigualdades e discriminações negativas que compõem o mundo social.

Até o momento já foram realizados treze Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos em diferentes países da região. Mesmo que o tratamento específico de cada um desses eventos não seja o propósito deste trabalho. Objetivamos uma breve exposição de algumas pautas e conflitos internos ao movimento feminista latino-americano e caribenho, que para além de um debate teórico podem, ou não, dialogar e atuar diretamente na realidade da existência de inúmeras mulheres. É importante frisar que não desejar uma ação direta já é um ato político e que a omissão também produz efeitos na vida prática.

Em um artigo intitulado *Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos* (Alvarez, 2003), analisa os oito encontros feministas latino-americanos e caribenhos realizados entre os anos de 1981 e 1999. Segundo ela, na década de 1980, as discussões estiveram centradas na problemática das relações entre movimentos feministas e a esquerda masculina revolucionária. Voltando-se também para o questionamento acerca das conexões entre movimentos feministas e o movimento mais amplo de mulheres “que surgiu do contexto da crise econômica e de violação dos direitos humanos generalizados por toda a América Latina e Caribe” (Alvarez, 2003,545).

Nos anos de 1990, a mudança se deu em relação à postura anti-estadista que caminhou para a de negociação crítica com o Estado e com instituições internacionais. Diante a isso, as principais opiniões e questionamentos indagavam

se as militantes envolvidas com políticas “masculinistas” poderiam ser vistas como a vertente da *advocacy* ou se elas eram vendedoras e traidoras do movimento. A conferência da ONU, realizada em Bejing, em 1995, também ocasionou muitas tensões dentro do movimento, tendo sido a decisão da participação uma das pautas do Encontro realizado, em El Salvador, em 1993.

Tanto que o sétimo Encontro, realizado no Chile em 1996 e organizado por feministas autônomas, - que defendem a capacidade de agir independentemente do Estado- trouxe propositalmente o debate direto com as feministas “institucionalizadas” (Alvarez, 2003). No entanto, Alvarez (2003) destaca que apenas um número muito baixo de feministas adotou uma postura exclusivamente institucional. Outra questão ressaltada é que a corrente das autônomas nunca possuiu em seu interior uma linha homogênea. Segundo ela, o primeiro Encontro Feminista Autônomo realizado na Bolívia, em 1996, acentuou o contexto de divergências internas e fragmentação que já vinha marcando o movimento. Isso porque a própria definição de autonomia já gerava distintas opiniões e posicionamentos, existindo pelo menos três tendências preponderantes: do feminismo cultural, da vertente classista e das autônomas puras. A entrada de mulheres mais jovens e das suas interpretações sobre o significado de autonomia também contribuíram no sentido da fragmentação (Alvarez, 2003).

No último encontro analisado por Alvarez, realizado na República Dominicana, em 1999, a problemática da inclusão foi uma questão crucial.

Isso, porque ficou claro que já não se tratava de lidar melhor com as “outras” do feminismo, pois essas outras estavam naquele momento reinventando “outros feminismos” e construindo suas próprias interpretações sem a necessidade de intermediadoras. A respeito desses “outros” feminismos atuando em prol de uma política e de um discurso que agregasse a sua própria vivência e protagonismo, ressaltamos que não é algo que se instituiu no encontro de 1999. Ocorrendo nesse ano, a nosso ver, talvez uma visibilização clara para a corrente feminista como um todo. Já foi posto que a reivindicação política e epistemológica do feminismo envolve diversos posicionamentos e pontos de partida. Os feminismos “outros”, que na realidade são “feminismos nossos”, possuem uma trajetória longa e muito mais antiga do que imaginamos e se pautam em demandas concretas (e residuais para o feminismo hegemônico e para os movimentos de doutrinação revolucionária) das mulheres negras, indígenas e das mestiças pertencentes aos estratos economicamente inferiores da sociedade.

Mesmo considerando essa importante descrição de Alvarez (2003), é fundamental destacar que o movimento feminista autônomo não deixou de existir e que ao contrário está bem fortalecido. Em uma declaração redigida, em 2009, por representantes do movimento são expressos alguns pontos e potenciais da trajetória do feminismo autônomo.

Del feminismo autónomo que hemos bebido hemos aprendido que la política no es administración ni redistribución de privilegios. Cuando la política se vuelve tráfico de influencia, concesión de favores, gestión de indultos, de permisos, carrera por el bienestar

personal y del propio grupo...pierde todo su sentido y su valor. La tecnocracia de género es un invento de los Estados y de las instancias superestatales que les determinan; la carrera de administración del género es lo que hacen las instituciones con nuestras luchas. Hacer funcionar bien al Estado no es nuestra competencia! Nosotras construimos comunidad, construimos movimiento. El Estado tiene un rol que cumplir, nosotras tenemos otro: combatirlo (Encuentro Feminista Autónomo, 2009)².

Ao trazer essas discussões, o intuito não é legitimar uma ou outra corrente, mas chamar atenção para os debates e embates presentes na movimentação feminista na América-Latina. Até porque tais disputas se apresentam como pautas de debates dentro e fora dos movimentos feministas. Fazer ou não acordos e negociações com instituições estatais, participar ou não de movimentos com o viés marcadamente classista, ser ou não considerado como movimento revolucionário por não se identificar diretamente com a corrente marxista são algumas das disputas que continuam a ocorrer no cenário atual. Concordamos que é a partir das discussões e do debate que a construção do conhecimento se concretiza. Entretanto, vivemos em um momento histórico marcado por retrocessos de direitos e de uma crescente onda antifeminismo, que não atinge exclusivamente o Brasil. Mulheres, em busca do rompimento com opressões diversas, são taxativamente chamadas de feminazis e consideradas loucas que buscam inverter os papéis de dominação.

Obviamente, como tem sido demonstrado até aqui, o movimento feminista não é homogêneo

e muito menos isento de críticas, assim como o movimento classista, LGBT e até mesmo o movimento negro também não os são. Tudo isso realmente precisa ser pautado. Considerar uma única perspectiva ou demanda de luta é se perder em um labirinto de possibilidades e deixar de somar forças para a superação de uma sociedade tão desigual.

Homogeneizar, estereotipar representam meios para apagar a diversidade de perspectivas, assim como de enfraquecer ou até inviabilizar a existência de pontos de vistas diversos. Trata-se de ações que visam tornar tudo aquilo que se coloque em termos de proposições – e que portanto possam gerar alternativas ao já estabelecido, em reivindicações sem sentido. Podemos tomar o exemplo de Blog *Coletivo 8 de março*³ que conta com uma perspectiva assumidamente marxista. Nele, no mês de março de 2016, foi publicado um texto intitulado *A quem interessa o feminismo culturalista?* O citado escrito se caracteriza por uma crítica vazia e não faz referência à autoria e nem às fontes utilizadas. O feminismo culturalista é o principal alvo de crítica por ser, de acordo ao exposto no texto, “um mal da sociedade capitalista “pós-moderna””. Além de ignorar o lado social e acreditar que as diferenças entre homens e mulheres são construídas pela cultura e não pelo sexo biológico, e estupidamente ter a ideia de uma epistemologia feminista, esse tal feminismo cultural também utiliza o feminismo como uma moeda de troca para negociar participação nos

²Disponível em:

http://www.glefas.org/glefas/files/biblio/declaracion_feminista_autonoma_2009.pdf Acessado em: Julho de 2016.

³Disponível em:

<http://coletivooitodemarco.blogspot.com.br/2016/03/a-quem-interessa-o-feminismo.html> Acessado em: 15/07/2016.

espaços de poder. E é mediante a todas essas “inconsistências”, não aprovadas pelo tribunal da verdade estabelecido pelo movimento da razão “humana”, que a/o autora/autor anônima/o sente-se no direito de finalizar sua reflexão com a seguinte afirmação: “Além da prostituição feminina, o capitalismo conseguiu criar a prostituição feminista” (BLOG 08 de Março, 2016).

Servimo-nos dessa provocação lançada no texto antes citado para desenvolver alguns elementos que merecem ser levantados para reflexão. Em primeiro lugar, estabelecer a prostituição como a perversão feminina já é em si opressor e misógino. Além do mais a/o autora/autor desconhecida/o ainda atribui essa perversão às feministas que possuem um posicionamento distinto àquele da corrente conhecedora da verdadeira epistemologia e dos meios de libertação do mundo. Em segundo lugar, cabe se perguntar do que realmente se trata esse feminismo culturalista descrito no texto? Seriam as denominadas feministas autônomas, aquelas que estabeleciam uma oposição explícita às institucionais? Acreditamos que não, pois o que é posto é justamente a prostituição em busca de cargos no poder, o que era um debate por elas estabelecido. Ao construir uma crítica fundamentada no equívoco de se considerar apenas uma perspectiva, o que percebemos é uma contradição clara, pois a definição única de mulheres trabalhadoras como a única verdade reproduz o mesmo “essencialismo” contestado. Talvez fosse interessante discutir as negociações feitas pelas Mães de Maio. Sim, por que aquelas mulheres que lutam contra o genocídio negro

realizado diariamente nas periferias e que criticamente estabelecem diálogos com determinados âmbitos estatais. Quem sabe devemos permitir que centenas de VivianysBelebonissejam espancadas porque discutir o gênero como uma construção social é uma abstração da realidade. Melhor ainda, deixemos as trabalhadoras domésticas expostas a uma vida de trabalho sem nenhuma seguridade, afinal o sistema jurídico faz parte dos interesses capitalistas e neoliberais, quando as trabalhadoras e os trabalhadores do mundo se unirem elas serão recompensadas. No final das contas, talvez sejamos todas prostitutas.

Enfim, o texto analisado é só um entre milhares, que erroneamente se propõem a apontar o que deve ou não ser considerado realmente revolucionário. Contudo, ignoram ou silenciam toda uma trajetória de debates, construções e rupturas estabelecidas pela diversidade do pensamento feminista.

Considerações Finais

Neste trabalho buscamos trazer as contribuições da epistemologia feminista para o debate teórico latino-americano. Assim como discutir os debates e confrontos inerentes à própria trajetória feminista na região.

Existiu e ainda há uma gama de questionamentos a serem debatidos e repensados. A ausência do recorte racial, a não consideração das diferenças culturais, a invisibilização das lésbicas e das mulheres e dos homens trans, a reprodução dos ideais teóricos e políticos vindos do norte global são algumas das problemáticas que persistem e se

destacam. Mas não podemos deixar de reconhecer e valorizar as contribuições que a epistemologia e a prática feminista fornecem para o enriquecimento das teorias sociais e para a luta pela igualdade de sociedades e grupos sociais hierarquicamente inferiorizados.

Ainda que pensamentos e teorias que expliquem tais fenômenos possam ser de utilidade para as análises realizadas em sociedades distintas daquelas onde foram concebidas, sempre será necessário não perder de vista a probabilidade de eles não darem conta de todas as manifestações e derivações possíveis. É preciso interpor no caminho dessas interpretações, as variantes que a herança dos modelos coloniais são aplicados em cada sociedade.

O movimento feminista não é homogêneo, da mesma forma que as mulheres não são iguais. O reconhecimento disso é um passo crucial na superação das contradições e incoerências presentes na movimentação teórica e política do feminismo. Esse discernimento possibilita a construção de pontes entre mulheres diversas, com histórias e culturas diversas, mas que ainda são mulheres.

Referência Bibliográfica

ALVAREZ, S.; JAY FRIEDMAN, E.; BECKMAN, E.; BLACKWELL, M.; STOLTZ C., N.; LEBON, N.; NAVARRO, M.; RÍOS T., M. "Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos". *Revista Estudos Feministas*, 11(2), p.541-575, julho-dezembro, 2003.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (eds). *Tejiendo de otro modo:*

Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 181-187.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de AbyaYala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. España: Instituto de la Mujer / ACSUR, Las Segovias, 2010, p.11-25.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese de doutorado. Salvador: PPGNEIM/UFBA, 2012. Capítulos 2 e 3. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Ou-trasfalas.pdf>

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Revista Estudos Avançados*, n. 17, p. 117-132, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S01026992201500010014700006&lng=en Acesso: Julho de 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos de Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*. N. 10, 2002, p.171-188.

DUTRA, Delia; BANDEIRA, Lourdes. Estudos de Gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v 9, n.2, 2015, p. 1-15.

ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (editoras). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala*. Introducción. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 13-40.

ESPINOSA, Yuderkys M. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (eds). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 309-324.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordeste. In: PRIORE, Mary Del(org.)História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 241-277

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje 2*, ANPOCS, Brasília: 1983, p.223-244.

_____. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da *Latin American Studies Association*, Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979. Disponível em: <http://www.4shared.com/web/preview/pdf/-SD0VUSN> Acesso: Novembro de 2015.

_____. Por um feminismo Afro-latino-Americano. In: *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n.1 Batalhas de Ideias*. Brasil: 2011. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf Acesso: Julho de 2016.

LOZANO LERMA, Betty Ruth. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (eds). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 335-352.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (eds). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 57-73.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (eds). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 91-103.

MOLLER OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, 16(2):440, maio-agosto, 2008, p. 305-332.

NUNES, João Arriscado. O resgate da epistemologia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENEZES, Maria de Paula (Orgs.). *Epistemologia do Sul*, Coimbra: CES, 2009, pp. 215-242.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48). Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf> Acesso: Janeiro de 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” (2000). In: ASSIS Clímaco, Danilo (comp.). *Aníbal Quijano: Cuestiones y Horizonte. Antología Esencial. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p.777-832.

QUIROGA Díaz, Natalia. Economía del cuidado. Reflexiones para un feminismo decolonial. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (eds). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 161-178.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (eds). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 75-90.